

Funcionário denuncia violência em banco moçambicano

Sequestro e tortura no BCM

PÚBLICO, 1.5.95

José Pinto de Sá,
em Maputo

Na sede do Banco Comercial de Moçambique, em Maputo, funcionários suspeitos de fraude são detidos e torturados por espancamento e choques eléctricos, garantem alegadas vítimas. A polícia sabe de tudo há um ano, pelo menos, mas o Ministério Público só agora decidiu agir, despertado pelas reacções, que já chegam até do Parlamento.

O escândalo rebentou quando Arlindo Chilundu, ex-funcionário do Banco Comercial de Moçambique (BCM) — instituição bancária estatal —, se dirigiu ao tablóide "Domingo" e contou a incrível "estória". Chilundu, de 26 anos, era caixa da dependência da Malhangalene, em Maputo. A 26 de Agosto do ano passado, pagou 50 milhões de meticais (cerca de um milhão de escudos) contra um cheque que veio a descobrir-se ser falso.

O antigo caixa protestou a sua inocência, garantindo que "o cheque continha todos os carimbos, do balcão, dos computadores e do controlo de assinaturas". O gerente da dependência, contudo, não se convenceu e fez conduzir de imediato o funcionário para a sede do BCM, na Baixa.

"Ali começaram a interrogar-me e a torturar-me", afirma Arlindo Chilundu. "Utilizaram um bastão eléctrico e mandavam-me pegar-lhe ora com uma mão ora com a outra, e por vezes punham-no nos órgãos genitais".

Chilundu garante que ficou sequestrado no edifício do banco cinco dias, durante os quais foi privado de alimentos e impedido de prevenir a família. "Uma das várias vezes fui tor-

turado no gabinete do director de protecção, o sr. Mabunda, até perder os sentidos", acusa o ex-bancário.

Ao cabo dos cinco dias, o BCM entregou-o à Polícia de Investigação Criminal (PIC), que o encarcerou mais 45 na cadeia civil, para interrogatórios. Passado este tempo, a PIC acabou por concluir que não existiam provas contra Chilundu e mandou-o de volta para o BCM, onde entretanto já fora emitida uma nota de culpa recomendando a sua demissão.

Chilundu contestou a nota e aguardou em vão uma resposta durante mais de quatro meses. Nessa altura, decidiu escrever directamente ao presidente do BCM, Augusto Cândida, e informou-o de tudo. Em finais de Março, recebeu uma carta do banco. Estava despedido.

Coro de protestos

O escândalo trouxe consigo novas revelações. Dias depois, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LMDH) deu a conhecer mais um caso de tortura no BCM, declinando contudo fornecer a identidade da vítima, que recusa represálias.

Este caso, anterior ao outro, ocorreu em Junho do ano passado. Confrontada com uma série de cheques falsos em nome de um irmão de um dos seus funcionários, a gerência ordena aos serviços de segurança a detenção do bancário.

Conduzido da sua dependência para a sede, ali terá permanecido durante três dias sem comer, submetido a torturas semelhantes às que Arlindo Chilundu descreveu. Como o funcionário persistisse em negar qualquer envolvimento, a segurança do BCM entregou-o à PIC, que o deteve durante quatro meses. Libertado por "lacunas processuais", retomou o seu lugar no banco, mas não recebeu qualquer indemnização pelas suas desventuras.

O "caso BCM" levantou um coro de protestos que incluiu deputados de todas as bancadas. O semanário frelimista "Domingo" e o diário oposicionista "Imparcial" estão de acordo — coisa

raríssima — em criticar a atitude da PIC, que mantinha estreita colaboração com a segurança do BCM apesar de conhecer os métodos ali utilizados.

Medicina legal

O funcionário referido pela LMDH manifestou a sua estranheza por a polícia não o ter questionado sobre as contusões que apresentava quando o BCM o transferiu para as mãos da PIC. Arlindo Chilundu garante que a PIC tinha conhecimento de tudo, já que os exames nos serviços de Medicina Legal do Hospital Central de Maputo confirmavam que tinha sido torturado. O auto de exame directo afirma claramente que "a vítima sofreu espancamento e tortura com instrumento contundente e eléctrico no mês de Agosto de 1994".

Na altura, a Procuradoria instaurou um processo-crime, mas só lhe deu andamento depois de o escândalo rebentar, oito meses depois. Falando à Rádio Moçambique, o procurador da cidade de Maputo, Afonso Antunes, reconheceu não saber explicar as causas do congelamento do processo-crime, mas garantiu que tudo estava a ser feito para "localizá-lo".

Dias depois de o escândalo ter vindo a lume, Afonso Antunes garantiu que a procuradoria já começara a agir, seguindo instruções do vice-procurador-geral da República, mas não divulgou a identidade dos arguidos.

Nove meses depois das vítimas, Arlindo Chilundu tem problemas de impotência sexual e as suas mãos estão deformadas pelos choques eléctricos, mas o presidente do BCM recusa-se a comentar o caso e proíbe os seus funcionários de falarem aos jornais. "Se alguém quer fazer queixas ao tribunal, faça."

É coisa feita. Alice Mabote, presidente da LMDH, já anunciou que a Liga vai sentar a direcção do BCM no banco dos réus. Resta ver o que apurará sobre o caso a justiça moçambicana, neste caso de um bancário contra os banqueiros. ■

A fase "mais complicada" da erupção

Gases vulcânicos do Fogo acumulam-se na Chã

PÚBLICO, 1.5.95

OS GASES expelidos pela erupção vulcânica do Fogo, em Cabo Verde, constituem agora a grande preocupação do Governo da Cidade da Praia. O geólogo Mota Gomes, em declarações, ontem, à rádio nacional, explicou que os gases expulsos, numa primeira fase, a uma considerável altitude, começaram a descer e a acumular-se na região da Chã das Caldeiras. O geólogo apelou às populações, aos visitantes e curiosos, trazidos ao local pelo "turismo vulcânico", para que não se aproximem da região da Chã, e elementos das Forças Armadas cabo-verdianas foram encarregados de condicionar o acesso à zona.

"Se os gases continuarem a acumular-se, como está a acontecer, poderão surgir graves problemas", disse o geólogo, apontando para a possibilidade de intoxicações. "As pessoas poderão sentir terríveis dores de cabeça e perder a sensibilidade nos membros inferiores, e esses são sintomas de intoxicação por gases como os que se estão a acumular na Chã", acrescentou.

Vulcanólogos da Universidade dos Açores são aguardados nos próximos dias em Cabo Verde, para estudarem mais em pormenor a acumulação que se está a verificar a possibilidade de já ter ocorrido, ou de poder ocorrer contaminação das águas da ilha. O facto de se desconhecer qual será a trajectória futura dos gases actualmente em acumulação causou apreensão e Mota Gomes admite que se pode estar diante "da fase mais complicada da erupção". ■

Melões Évora
na ilha de S

Militar zaireense acusa UNITA de treinar secessionistas catangueses

NOVO JORNAL, 19.4.95

OTENENTE-GENERAL Nathanaci Mbumb, conselheiro do Alto Conselho da República (ACR, parlamento de transição) do Zaire, acusou a UNITA de treinar jovens catangueses para fins de secessão, noticiou o semanário "La Rafale".

O semanário zaireense disse na sua edição de sexta-feira passada, em editorial sob o título "Alerta nas fronteiras", que há "notícias alarmantes vindas do Shaba", o ex-Catanga.

Segundo o editorial, "uma boa parte da juventude da União dos Federalistas e dos Republicanos Independentes (a JUFERI, juventude filiada no partido do antigo primeiro-ministro Ngunza Karl-i-Bond) está a receber treino de guerrilha com monitores angolanos da UNITA".

Num artigo em cinco colunas sob o título "O Catanga brevemente em secessão, a JUFERI prepara-se com a ajuda da UNITA", o jornal diz que o antigo comandante chefe dos "Tigres" (ex-gendarmes catangueses refugiados em Angola), o tenente-general Mbumb, referiu um plano de agressão e preparativos militares para secessão catanguesa pelas milícias da JUFERI, "com ajuda de mercenários da UNITA".

O tenente-general Mbumb, oriundo do Shaba, tentou durante a "guerra dos 80 dias", em 1974, desestabilizar o Zaire a partir daquela província mineira.

Ainda segundo o jornal, a delegação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Kinshasa desmentiu de imediato as alegações do tenente-general Mbumb.

No entanto, diz, o plano de secessão do Catanga seria executado a partir de 9 de Julho deste ano, reportando-se à data a partir da qual

termina o período de transição, com eleições presidenciais e legislativas no Zaire.

As declarações de Mbumb foram corroboradas entretanto por informações sobre a encomenda e entrega de armas de guerra na região do Shaba pelo seu governador, M. Kyungu.

No ano passado, Kyungu afirmou-se abertamente por uma "autonomia total" do Shaba, região para onde o governo central zaireense enviou recentemente uma comissão de inquérito.

A despeito do desmentido pelo representante da UNITA, "não se exclui que possa realmente existir uma cooperação militar entre a UNITA e a JUFERI", diz "La Rafale", que a denuncia, afirmando que "atenta contra e fere os interesses legítimos de Angola e do Zaire".

O jornal "La Rafale" alega que o movimento liderado por Jonas Savimbi opera no norte de Angola, nomeadamente na zona fronteira com o Shaba, onde terá recebido centenas de armas a partir da base de Kamina, onde vários dos seus combatentes foram formados e treinados.

Para o semanário zaireense, a existência da milícia da JUFERI não é segredo, pois esta organização moveu perseguições contra populações Kasai e outras estabelecidas na região do Shaba.

Alioune Beye com Mobutu e Savimbi em Gbadolite

O representante especial das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, esteve reunida na sexta-feira passada, em Gbadolite, no

Zaire, com o presidente Mobutu Sese Seko e Jonas Savimbi, líder da UNITA, para examinar o processo de paz angolano.

Neste encontro, esteve igualmente presente o ministro dos Negócios Estrangeiros da Côte d'Ivoire, Essy Amara, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, portador de uma mensagem do presidente Konan Bédié, da Côte d'Ivoire, para o presidente da UNITA.

De acordo com um comunicado de imprensa chegado à nossa Redacção, a partir de Luanda, Jonas Savimbi recordou as etapas do seu "longo combate pela libertação nacional" e reafirmou a escolha irreversível do seu partido em favor do processo de paz em Angola; a acção reiterada dos resultados das eleições do ano de 1992 e das instituições resultantes; a imperiosa necessidade de um diálogo "directo e fraternal" com o presidente José Eduardo dos Santos, para consolidar as disposições do Protocolo de Paz de Lusaka, tendo em conta as melhores vias e meios para a concretização da necessária reconciliação nacional.

A este respeito, Jonas Savimbi reafirmou a sua disponibilidade para este encontro para a preparação do qual uma delegação da UNITA se encontra actualmente em Luanda. O presidente da UNITA, ao reafirmar a sua opção por uma solução política para a crise angolana, expressou o desejo de ver os "seus irmãos de Luanda" comprometerem-se resoluta e sinceramente nesta via política que constitui a única alternativa. O presidente da UNITA, ao mesmo tempo que se congratulava com o apoio das Nações Unidas, nomeadamente a chegada dos "capacetes azuis", recordou que a paz em Angola é primeira e fundamentalmente da responsabilidade dos angolanos.



Polícia liberta refém, mas faz feridos

Desmobilizados amotinam-se em Maputo

PÚBLICO, 20.4.95

"NO NOSSO país, tudo se consegue através das armas. Até o Governo se pode conseguir" — ameaçou ontem Julio Nimuire, presidente da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (Amodeg). O líder dos desmobilizados fez esta declaração depois de uma reunião com os parlamentares, que decidiram constituir uma comissão "ad hoc" para apreciar as reivindicações da Amodeg. Nimuire esperava respostas mais concretas para acalmarem os desmobilizados, que ontem provocaram um motim na capital moçambicana.

Ontem de manhã, um grupo

de ex-soldados que a Frelimo e a Renamo desmobilizaram ocupou a Avenida de Angola e fez um refém: o motorista de uma viatura da Transportes Populares de Maputo que ali circulava. O motim não surpreendeu totalmente as autoridades, que temiam uma manifestação em direcção ao Parlamento. Por isso, tinham-no colocado sob segurança máxima. Os desmobilizados, sabendo disso, decidiram-se por uma outra acção de rebelião.

Só a meio da tarde a artéria ficou desimpedida e o refém libertado, depois de uma intervenção da polícia, que provocou oito feridos.

Foi no regresso de uma audiência com os parlamentares que Nimuire soube dos confrontos e proferiu a declaração considerada "agressiva" e renunciando mais manifestações.

As autoridades governamentais procuram não empolar o conflito e o Presidente Joaquim Chissano, segundo a Lusa, limitou-se a classificar a declaração do líder da Amodeg de "precipitada e mal orientada". Num gesto de pacificação manifestou a vontade de também ele, antigo soldado, se filiar na associação. Mas foi pouco quanto a promessas de apoio para programas de reinserção social

para os desmobilizados. Pelo contrário, realçou o facto de muitos desmobilizados receberem subsídios, o que faz com que a sua situação seja melhor do que a de muitos moçambicanos.

Afonso Dhlakama, líder da Renamo, o partido da oposição, fez declarações no mesmo sentido citadas pela France-Press: "O país é pobre. Se o recurso à força se generaliza acabaremos por nada ler."

Os ex-soldados, porém, não pareciam muito conformados e, ontem ao fim da tarde, concentraram-se na sede da sua associação para debater a situação. ■

Manuel Frexes inaugura hoje a Feira do Livro Português de São Tomé e Príncipe

Faltam livros, falta tudo...

PÚBLICO, 22.4.95

*Torcato Sepúlveda
em S. Tomé e Príncipe*

Em S. Tomé e Príncipe, onde hoje o subsecretário de Estado da Cultura inaugura a Feira do Livro Português, falta tudo: editores, tipógrafos, livrarias. Mas faltam também batatas e cebolas. São 120 mil almas. Parece fácil ajudá-las, mas é difícil...

O subsecretário de Estado da Cultura português, Manuel Frexes, inaugura hoje a Feira do Livro Português de São Tomé e Príncipe. O local escolhido foi o Palácio dos Congressos, outrora — no tempo do partido único — construído pela China Popular.

De Portugal, vieram para São Tomé e Príncipe 15 mil livros. Um terço, serão arrecadados até 8 de Junho e enviados para a ilha do Príncipe, onde então se realizará uma segunda feira. Os gordos milhares restantes serão vendidos na cidade capital de São Tomé. A preço reduzido, pois, para efeitos da feira, a dobra (moeda nacional) e o escudo serão equiparados.

Ontem, ainda, uma equipa do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL), do Instituto Camões e do Instituto da Cooperação Portuguesa desempacotava os livros, ajudada

por são-tomenses. Ao todo, um grupo de 13 elementos, até ao dia de hoje, ao longo de 42 horas. É que a tarefa de organizar os livros não é fácil. Os volumes são comprados às editoras, que não os enviam em pacotes separados por géneros. Há, então, que alinhá-los por temas, colocar-lhes o preço e enfiá-los nas estantes. Sua-va-se:

A equipa portuguesa, para além dos livros — ficção nacional e estrangeira, ensino, dicionários, livros técnicos de toda a espécie, muito prezados em São Tomé, onde tudo falta —, trouxe, para oferecer aos compradores, sacos de plástico, sebentas, bonés, balões, esferográficas, lápis, afia-lápis, lápis de cor, borrachas, "t-shirts" e belas pastas de cartão, estas últimas um regalo da cooperação.

A Feira do Livro de São Tomé promete, assim, ser uma festa. Tanto mais que, no "hall" do Palácio dos Congressos, a Associação dos Artistas Plásticos São-Tomenses (Aapas) mostrará as pinturas e esculturas dos seus membros.

Entretanto, Manuel Frexes já se encontrou com o seu homólogo são-tomense, o secretário de Estado da Comunicação Social e Cultura, António Quintas. A saída da reunião, em que foram discutidos diversos projectos de cooperação cultural, os dois governantes pareciam satisfeitos. Portugal promete assessoria jurídica para que São Tomé elabore legislação sobre o património. Os arquivos e os museus — onde se degradam peças de grande valor,

tanto para Portugal como para São Tomé — serão recuperados com a ajuda do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Ippar), do Instituto Português de Museus (IPM) e da Torre do Tombo. Deve dizer-se que tanto a parte portuguesa — representada pela vice-presidente da Torre do Tombo, Manuela Mendonça — como a são-tomense insistiram na necessidade de formação de técnicos locais. É que não basta dar peixe, há que ensinar a pescar. Assim, deslocar-se-ão a São Tomé equipas do Ippar, do IPM e da Torre do Tombo, tanto para atalhar as situações mais catastróficas, como para preparar técnicos. Técnicos que poderão, depois, completar a sua formação com estágios em Portugal.

Também a nível do teatro foram discutidos protocolos. Na equipa do subsecretário de Estado da Cultura veio António Augusto Barros, da Escola da Noite, e ficou logo estabelecido que um encenador virá de Portugal com uma equipa para trabalhar com grupos locais, tanto na recolha de tradições, como na preparação técnica de actores. Neste campo, está previsto que, se a recuperação do Cine-Teatro Marcelo da Veiga — que recebeu o nome de um grande poeta são-tomense — estiver terminada em Agosto de 1996, a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que já colaborou com 20 mil contos, organizará um festival de teatro à sua custa. A SEC, porém, não tem o poder todo sobre a recuperação deste edifício, pois ele per-

tence à autarquia local e também recebeu apoio da UCCLA, do Instituto Camões e da RTP.

São Tomé e Príncipe é um país pobre, muito pobre. O principal problema deste pequeno arquipélago equatorial nem sempre é encontrar ajuda. É saber recebê-la. Quando Manuel Frexes ofereceu a Alda Espírito Santo, a poetisa representante da União dos Escritores e Artistas São-Tomenses (Unas), uma biblioteca para a sede, um dos membros, que também é ministro, hesitou: "E as estantes?" É claro que, de imediato, uma responsável da Unas replicou: "Tu, que és ministro, se não conseguires as estantes, deves demitir-te."

O PÚBLICO deve à verdade dois factos. Na edição de 17-4-95, escreveu-se que o Instituto Camões avançava 3500 contos para 700 livros. A verdade é que se trata de 2700. Entretanto, o Instituto da Cooperação Portuguesa não apoiou apenas a feira pagando transporte de livros, mas enviou também 4200 obras.

São Tomé e Príncipe é o que é. Os pintores pedem tintas e um "atelier" para criar colectivamente; os escritores pedem editor, pois aqui não há nem isso, nem tipografias, apenas uma "protoguttemberguiana"; os leitores pedem livrarias, porque por cá só existe uma papelaria, que substituiu uma barbearia que também vendia livros. Bom, o país pede electricidade, batatas e cebolas.

São 120 mil habitantes. Tão poucos... Parece tão fácil ajudá-los, mas é difícil. ■

Cimeira Santos-Savimbi

PÚBLICO, 22.4.95

O VICE-PRESIDENTE sul-africano, Thabo Mbeki, admite que o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, se encontrem nos próximos dias, provavelmente em Lusaca, para discutir o processo de paz em Angola. Falando aos jornalistas em Pretória, Mbeki revelou estarem a decorrer contactos com Luanda e UNITA para abrir caminho à cimeira dos líderes angolanos. E manifestou-se optimista: "Penso que quase todos estamos convencidos (...) de que os acordos de Lusaca serão aplicados". Por sua vez, Alcides Sakala, responsável pelas relações externas da UNITA, que ontem foi recebido por Mbeki, afirmou à Lusa que o encontro entre Santos e Savimbi era "importantíssimo e fundamental para o processo de paz em Angola". Também na África do Sul, a pretexto de "razões de ordem médica", se encontra o mediador da ONU para Angola, Alioune Blondin Beye. ■

UNITA confirma cimeira

A TÃO esperada reunião de alto nível entre o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e o chefe da oposição, Jonas Malheiro Savimbi, vai ser em Lusaca, provavelmente antes do fim do mês, disse ontem ao PÚBLICO, em Pretória, o responsável pelas Relações Exteriores da UNITA, Alcides Sakala Simões. O representante das Nações Uni-

das em Angola, Alioune Blondin Beye, deslocou-se ontem de manhã ao Bailundo para um novo contacto com Savimbi, e voltou durante a tarde a Luanda para acertar pormenores da cimeira, disse Sakala.

Ainda antes de ir à capital zambiana, para a grande reconciliação com José Eduardo dos Santos, Jonas Savimbi deverá vir à África do Sul, nos próximos quatro ou cinco dias, a fim de, em Pretória no Cabo, conferenciar com o Presidente Nelson Mandela, disse Sakala. ■

Jorge Heller, em Pretória

PÚBLICO, 25.4.95

ANGOLA

Encontro dos chefes 'acelera' Unavem III

EXPRESSO, 22.5.95

GUSTAVO COSTA*
correspondente em Luanda

O ENCONTRO entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, previsto para a próxima semana em Lusaka — o primeiro desde o sangrento desfecho das eleições pluralistas em Angola — já teve pelo menos como resultado acelerar o envio dos «capacetes azuis» da terceira missão de verificação da ONU em Angola (UNAVEM III).

Chegaram os primeiros destacamentos do batalhão de logística britânico encarregue de preparar, nos próximos três meses, as infraestruturas para a instalação do contingente de 7000 militares e 1000 civis da ONU. Um batalhão de transmissões português poderá seguir dentro de dias, com a missão de instalar a rede de comunicações antes da chegada das primeiras tropas de infantaria, prevista para depois de 8 de Maio.

Apesar de ter recebido garantias da UNITA e do Presidente zaireense Mobutu, o representante do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, ainda não confirmou a realização da cimeira. Quer ter a certeza de que Jonas Savimbi, que já se encontra em Gbadolite (Zaire), estará presente em Lusaka.

O EXPRESSO apurou que a agenda da cimeira, que se mantém secreta, deverá incluir a discussão dos termos práticos do regresso da UNITA às cidades, a devolução dos seus bens imóveis, a garantia da sua desmilitarização e da sua eventual participação num governo de unidade nacional.

«A partir de agora, tudo de-

penderá da evolução da situação no terreno, pois há forças apostadas em fazer descarrilar o processo, embora a dinâmica adquirida nos últimos dias tenda a neutralizar estas tentativas», disse uma fonte ocidental, admitindo que, em função dos resultados da cimeira, poderá ser marcada uma outra, para tratar exclusivamente do futuro estatuto do líder da UNITA, único ponto não abrangido pelos acordos de Lusaka.

População continua desconfiada

Mais optimista, Isafas Samakuva, chefe da representação da UNITA na Comissão Conjunta (CC), disse ao EXPRESSO: «Se as coisas correrem bem, até é possível que todas as questões pendentes sejam já resolvidas neste primeiro encontro de Lusaka».

Por outro lado, o enviado especial da UNITA, Alcides Sakala, que chegou na quinta-feira a Joanesburgo, portador de uma mensagem de Savimbi para o Presidente Mandela, reafirmou a importância «fundamental» que o seu partido atribui à reunião dos dois líderes e a vontade da UNITA de tudo fazer para restaurar a confiança dos angolanos e da comunidade internacional no processo de paz em Angola. Um dos objectivos da mensagem de Savimbi, cujo conteúdo não foi revelado, poderia ser o de convencer Mandela — que recusou estar presente na assinatura dos Acordos de Lusaka — a deslocar-se desta vez à capital zambiana para assistir ao encon-

tro. O Presidente Mobutu do Zaire já confirmou a sua presença, bem como o MNE da Costa de Marfim, Essy Amara, actual presidente da Assembleia Geral da ONU, e Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe.

O Governo e a UNITA devem ainda aprovar um novo programa de apoio aos refugiados e proceder à abertura de corredores terrestres para facilitar a livre circulação de pessoas e bens e a colocação no terreno dos «capacetes azuis». Neste sentido, o Governo pôs à disposição da UNAVEM III uma nova base militar, a de Viana, (nas imediações de Luanda) e o hotel Terminus, no Lobito. Ordenou também aos Caminhos de Ferro de Benguela que disponibilize vários hangares para armazenar o material que começou a chegar ao porto daquela cidade, para montar alojamentos, hospitais pré-fabricados e refeitórios.

Beye anunciou entretanto que a próxima reunião da Comissão Conjunta se irá realizar dentro de dias no Lobito e afirmou que tenciona viajar de Luanda para a província de Benguela por via terrestre, para infundir confiança nas populações civis.

A população tem razões para desconfiar. Embora as duas partes tenham aprovado, de forma aparentemente pacífica, a agenda da reunião, assiste-se nos últimos dias a um crescendo das já tradicionais acusações mútuas de violação do cessar-fogo e de preparativos para novas ofensivas militares contra objectivos estratégicos.

* com NICOLE GUARDIOLA

Alioune Beye ao PÚBLICO

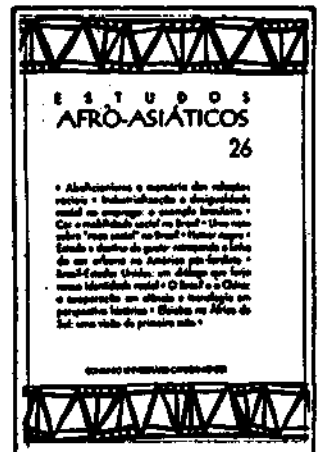
PÚBLICO, 23.4.95

ALIOUNE BLONDIN Beye, representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, declarou ontem à noite ao PÚBLICO, na Cidade do Cabo, que «ainda há muito que fazer, durante os próximos dez dias», para que a cimeira entre o Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se torne uma realidade. Beye disse que tinha chegado de Lu-

saca e que estava na África do Sul a título privado. Hoje mesmo deverá regressar a Luanda e num dos próximos dias irá ao Zimbabwe, conferenciar com o Presidente Robert Mugabe. Embora gentil, o maliano que representa a ONU em Luanda recusou-se a revelar a data provável e o local da cimeira, alegando que isso não é no melhor interesse da consolidação da paz. Notícias surgidas nos últimos dias têm admitido a possibilidade de a tão demorada cimeira ser ainda antes de, em Maio, chegar a Angola uma grande parte dos capacetes azuis aprovados pelo Conselho de Segurança da

ONU. E o local mais falado tem sido Lusaka, que é aliás a proposta avançada pela UNITA, conforme há algumas semanas disse numa entrevista ao PÚBLICO o seu responsável pelas relações exteriores, Alcides Sakala, ao passar por Lisboa, antes de se deslocar ao Brasil e à Namíbia. O Zaire, a Zâmbia, o Zimbabwe, a Namíbia e a África do Sul têm sido países permanentemente consultados pela ONU, no sentido de se conseguir levar até ao fim o Protocolo assinado formalmente em Lusaka em Novembro do ano passado. ■

Do nosso enviado,
Jorge Heitor, na Cidade do Cabo



MOÇAMBIQUE

Desmobilizados voltam à carga

EXPRESSO, 22.5.95

REFINALDO
CHILENGUE
correspondente
em Maputo

CANSADOS de verem eternamente adiada a «reintegração condigna» após anos de combate «em defesa da pátria» ou na «luta pela democracia», os desmobilizados de guerra da Frelimo e, em reduzido número, da Renamo, manifestaram-se na quarta-feira em Maputo e Nampula, suscitando uma violenta intervenção da polícia, que se saldou em nove feridos e várias detenções, entre as quais a de Estêvão Fátima, secretário da Associação dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) da região de Nampula.

No dia seguinte, na sede da Associação dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG) o presidente da organização Júlio Nimuire procedeu à recolha de algumas armas na posse dos amotinados para provar ao ministro do Interior que estes têm meios para iniciar uma verdadeira guerra contra a polícia. «Temos armas e não as vamos entregar todas. Não somos tolos ao ponto de nos desarmarmos», disse um amotinado.

Por seu turno, Almeida Torres, um dos organizadores da manifestação de Maputo, disse que «o exército particular da FRELIMO» — numa alusão à Polícia de Intervenção Rápida que dispersou os manifestantes disparando balas de borracha, lançando gás lacrimogénio e distribuindo cacetadas, pontapés e socos aos amotinados — «declarou-nos guerra e vamos responder».

Depois da carga policial, o presidente da AMODEG, Júlio Nimuire, afirmou que o Executivo do Presidente Joaquim Chissano «só está preocupado em matar todo o povo em vez de se preocupar com a resolução da situação deplorável em que se encontram os antigos combatentes».

Ameaças a Chissano

A sangrar, devido aos ferimentos da Polícia, Omar disse ao EXPRESSO ter sido recrutado compulsivamente para a tropa governamental

na província da Zambézia «a caminho da escola». Afirmou estar a levar uma «vida lixada» sem possibilidades de prosseguir os estudos nem obter emprego dado o seu baixo nível de escolaridade.

«A Polícia disparou sobre nós: Que saibam que temos aqui gente treinada em reconhecimento, sabotagem e em todos os ramos e especialidades e, se decidirmos actuar em força contra o Governo, Chissano poderá arrepender-se», disse outro desmobilizado.

A fúria dos desmobilizados foi provocada pela recusa do presidente do Parlamento, Eduardo Mulembwe, a um pedido do presidente da AMODEG para «fazer uma exortação» na Assembleia da República sobre a situação dos desmobilizados. Depois de um encontro Mulembwe-Nimuire, o presidente da AR ficou consciente das reivindicações dos desmobilizados: legislação imediata sobre a situação dos antigos combatentes, suspensão dos descontos a que estão sujeitos os seus subsídios de desmobilização, instalações para sede da organização, meios circulantes e protecção pessoal do presidente da AMODEG.

Sobre os descontos que estariam a ser efectuados, o Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), esclareceu que, no âmbito da reintegração dos desmobilizados, a comunidade internacional disponibilizou um fundo para o pagamento de salários durante 18 meses, pagáveis de dois em dois. Para o efeito, os desmobilizados receberam cadernetas de senhas com prazos estabelecidos para a respectiva liquidação que devem ser cumpridos rigorosamente.

O BPD refere que, em várias ocasiões, desmobilizados pediram ao banco o pagamento integral dos valores, o que não era possível com recurso ao fundo mas apenas através de «empréstimo» através dos fundos do banco.

Presidente estranha protestos

Por esta razão, alguns desmobilizados optaram por solicitar empréstimos ao

banco, endossando-lhe as respectivas senhas. Tratando-se de uma operação de crédito, diz o BPD, o financiamento ficou sujeito ao pagamento de juros que variam entre os 43 e 46 por cento ao ano. Esta situação terá estado na origem dos protestos dos veteranos.

Comentando a revolta dos antigos combatentes, o Presidente da República disse não compreender como é que os desmobilizados estão a exigir que a AR faça algo para resolver os seus problemas numa altura em que ela própria está a tratar da sua instalação para discutir assuntos de todo o país, nomeadamente o programa do novo Governo.

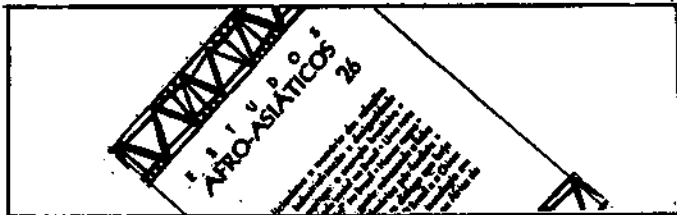
Mas o facto é que, desde o início da II sessão da AR moçambicana, que há mais de um mês decorre em Maputo, só foi aprovada uma lei — a que diz respeito ao regimento do próprio Parlamento, estando ainda por votar o OGE para este ano.

Em África, tanto os homens como as mulheres, associam o poder ao dinheiro, ao carro, e à casa, assuntos estes que não faltam nas discussões dos parlamentares.

Uma deputada da bancada da FRELIMO resumiu a situação ao referir que não falta muito para que os deputados exijam «novas esposas» no rol das regalias como legisladores.

O poder não deixou de explorar as declarações do presidente da AMODEG segundo as quais «alguns desmobilizados de guerra da RENAMO continuam na posse das suas armas». De acordo com Chissano: «É uma informação muito grave sobre a qual a RENAMO devia reflectir e corrigir».

Aparentemente, quem está a capitalizar com o conflito é a RENAMO e o seu líder, Afonso Dhlakama, a quem o presidente da AMODEG pediu para interceder junto do chefe de Estado e dos embaixadores. Dhlakama prometeu trabalhar com os religiosos e outras instituições da sociedade civil para o bom desfecho desta crise. Apesar dos apelos, os desmobilizados avisaram que «a guerra foi declarada e vai ser popular. Mais tarde ou mais cedo vamos agir».

Savimbi
aguardado
na sexta-feira
em Pretória

PÚBLICO, 26.4.95

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, é aguardado na sexta-feira na África do Sul, restando apenas completar alguns contactos para que se concretize a realização da sua reunião com Nelson Mandela, disse ontem ao PÚBLICO, em Pretória, o responsável pelas relações exteriores daquele partido, Alcides Sakala Simões, que passou grande parte do dia em ligação com o Ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros.

O Presidente Mandela está desde há alguns meses à espera de Savimbi, a fim de — por meio de conversações directas com líder da UNITA — poder contribuir para a grande cimeira angolana que se encontra em suspenso desde que foi assinado o Protocolo de Lusaca, em Novembro do ano passado. Tal reunião a alto nível entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o chefe da oposição poderá verificar-se, em princípio, já durante o próximo fim-de-semana, na capital zambiana.

[Entretanto, em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos reuniu-se ontem com o seu órgão consultivo, o Conselho da República, tendo como assunto principal a cimeira com Jonas Savimbi e o processo de paz angolano.]

Jorge Heitor,
na África do Sul

DESTAQUE

ÁFRICA DO SUL: UM ANO DEPOIS

Vida e morte em Gauteng

PÚBLICO, 26 4 95

Do novo enviado Jorge Heitor, em Joanesburgo

De 26 a 29 de Abril de 1994, o povo da África do Sul foi pela primeira vez chamado às urnas na sua globalidade, brancos e negros, mestiços ou indianos, em pé de igualdade, a fim de eleger uma Assembleia Constituinte, de que saíram um Presidente da República e um Governo de Unidade Nacional. Em si mesmo, era um acontecimento inimaginável uma década antes, quando o "apartheid" desafiava tudo e todos. Durante o longo processo negocial que se seguiu à libertação de Nelson Mandela, em 1990, muitos foram os profetas da desgraça, que auguraram um ciclo de violência catastrófica e a quem as batalhas nas "townships" pareciam dar razão. Hoje, um ano após as primeiras eleições abertas a todos, o PÚBLICO começa a traçar um retrato da actual realidade sul-africana, nos seus múltiplos aspectos, nas suas múltiplas contradições.



O bebé de Nhlahla, uma sul-africana de 24 anos, passou com ela uma noite nos calabouços, depois de a mãe ter sido apanhada a roubar numa loja de Joanesburgo. Ao princípio da tarde do dia seguinte, a criança morreu no tribunal da polícia, enquanto a pobre mulher aguardava a sua vez de ser ouvida. Resultado: a acusação passou de furto a assassinio, pois os artigos indevidamente metidos no saco — roupa para adulto no valor de uns 15 contos — não incluíam comida nem roupa para o bebé que, com certeza, já andava doente e foi vítima de desidratação e falta de alimento.

Nesse mesmo dia, o farmacêutico Jeff Donninger, de 62 anos, morreu a caminho do hospital, depois de ter sido alvejado a tiro por homens que assaltaram o seu estabelecimento, tam-

bém em Joanesburgo, a metrópole de uma província sul-africana que antes tinha o complicadíssimo nome de Pretória-Witwatersrand-Vereeniging (PWV) e agora se passou a chamar simplesmente Gauteng, num primeiro passo para a africanização dos nomes do país.

Quanto aos aeroportos de Joanesburgo, Cabo e Durban, vão perder os nomes de

Jan Smuts, D. F. Mallan e Louis Botha, heróis do passado, para receberem simplesmente o nome das cidades que servem. Foi uma solução de compromisso, para evitar a troca algo chocante da homenagem a uns pela homenagem a outros, género aero-

porto Nelson Mandela ou aeroporto Miriam Makeba.

O roubo e a violência estão sempre presentes no quotidiano de Gauteng, a província mais densamente povoada das nove que constituem a nova África do Sul, saída das eleições gerais de há um ano. O país ainda não conseguiu encontrar o caminho certo para a reconstrução e o desenvolvimento, que são as principais palavras de ordem do Governo de Unidade Nacional, formado — na proporção dos resultados obtidos nas urnas — pelo ANC, o Partido Nacional e o Inkatha.

Rigorosamente vigiados

As ourivesarias, relojoarias e outros estabelecimentos do centro de Joanesburgo não têm as portas normalmente abertas, durante as horas de expediente. Antes existem portas de grades, com guardas que as abrem quando o cliente aparece — e se ele inspira um mínimo de confiança —, para logo as voltarem a fechar.

De segunda a sexta-feira, quando o Sol se põe, antes das 18h00, deixa praticamente de haver vitalidade nas ruas do centro tradicional de Joanesburgo e aos fins-de-semana e feriados a zona fica igualmente deserta. É o resultado do grau de criminalidade que de há três anos para cá se instaurou na região de PWV/Gauteng, onde uma população quase idêntica à de Portugal (em termos numéricos) vive em menos de um terço do território lusitano.

Quando um forasteiro se regista num hotel, a primeira coisa que lhe dizem é que não saia à rua a pé e, no quarto, encontra um aviso para que deposite na casa forte do hotel dinheiro, jóias, máquinas fotográficas e outros bens, pois ninguém se poderá responsabilizar por nada que aconteça. Já houve mesmo hóspedes assaltados dentro do luxuoso Carlton Hotel, no coração da cidade. Tal é o desespero a que a pobreza e o desemprego levaram muitos dos cidadãos da África do Sul, mormente nesta província do interior, onde 71 por cento dos habitantes são negros, 24 por cento brancos e os restantes mestiços

ou de ascendência asiática.

Neste ano que decorreu desde as primeiras eleições gerais inverteu-se a tendência para uma certa estagnação económica, que era patente na transição dos anos 80 para os 90. Só que o crescimento populacional é bastante mais acentuado que o da economia e, por isso, há cada vez mais pobres e mais desemprego, que ronda os 40 por cento dos cidadãos em idade de trabalhar. Só um crescimento económico anual da ordem dos seis por cento poderia começar a tornar bem claro o êxito do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP), a menina-dos-olhos do novo sistema político sul-africano.

Um ano é pouco

"Um ano é pouco tempo. Só dentro de dois, talvez, é que se poderá começar a ver se as coisas mudam muito ou não na África do Sul, para melhor ou para pior", disse-nos Guilhermina Faria, uma portuguesa há 20 anos aqui radicada.

"No campo da justiça, há um certo desejo de acertar contas. Por delitos iguais, as penas aplicadas por magistrados negros são mais pesadas para os brancos do que para os negros", considerou, por seu turno, Ilza Potgieter, uma afrikaner que se queixa de encontrar muitas dificuldades para passar a efectiva numa escola onde lecciona há 17 anos.

Enquanto os brancos reescrevem o seu prognóstico ou afirmam que "chegaram a recuar que fosse pior", muitos negros não se conseguem rever no actual sistema, em que a maioria dos deputados e dos ministros são da sua cor. E, por isso, fazem resistência pacífica quando os incitam a inscreverem-se nos cadernos eleitorais até ao fim deste mês, para que em Novembro se concretizem as primeiras autárquicas.

Uma vez que no ano passado, excepcionalmente, se fizeram eleições sem haver recenseamento, grande parte da população sul-africana ainda não conseguiu captar bem o que seja o recenseamento eleitoral, chegando a confundir-lo com a obtenção de um bilhete de identidade. Do mesmo modo que muitos não percebem exactamente o que seja o poder local. Por outro lado, vinga o cepticismo, a desilusão dos que esperavam demasiado da queda do Governo formado só por brancos: "Se já votámos uma vez e nada mudou, para quê votar outra vez?" ■

ANP e comunistas

‘Não se desfaz um casamento feliz’

PÚBLICO, 26.4.95

PAUL PEREIRA, porta-voz do Instituto Sul-Africano de Relações Raciais, disse ao PÚBLICO que a tradicional aliança entre o ANC e o Partido Comunista deverá continuar, porque tem funcionado muito bem e “não se rompe um casamento feliz”. Os marxistas dão a estratégia e os seus aliados a grande força que há muito constituem as multidões que se opuseram ao “apartheid”.

Na opinião deste investi-

gador, que, apesar de ser neto de um emigrante do Funchal, (já não fala português, a força dominante da sociedade sul-africana vai ser, durante mais alguns anos, a coligação vencedora das eleições gerais de 1994. Integram-na o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, o Partido Comunista, de Charles Nqakula, o sucessor de Joe Slovo e Chris Hani, e o Conselho de Sindicatos Sul-Africanos (Co-

satu), onde se formou o actual ministro sem pasta Jay Naidoo, um jovem político de etnia indiana que é responsável pelo importantíssimo Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP, segundo as iniciais em inglês).

Paul Pereira, um dos jovens peritos que têm agora cátedra nos muitos debates que se fazem na rádio e na televisão, considera que a República da África do Sul necessita de um verdadeiro

“boom” económico, depois da grande estagnação sofrida a partir da primeira metade dos anos 80 e que levou o regime do “apartheid” a desmantelar-se. E que é preciso também que acabe de vez com todas as formas de racismo, bem como com as profundas discrepâncias que se nota entre as zonas urbanas e as rurais.

Continua na pág. 8

“O meu nome é Kunene”

PÚBLICO, 26.4.95

“MEU NOME é Charles Kunene, nado e criado no Soweto, a maior cidade africana ao sul do Equador, tenho 29 anos, sou filho de pai suazi e de mãe sotho [duas das etnias que coexistem na África do Sul] e falo nove línguas”, assim se apresentou o jovem candidato a guia, que tem um “part-time” na Sasol (grande empresa sul-africana de combustíveis) e, no resto do tempo, procura introduzir os visitantes nos meandros das Southwestern Townships, vulgo Soweto.

“O seu [nome] faz-me lembrar de imediato o de Hector Petersen, o rapaz de 13 anos que uma bala da polícia assassinou no Soweto em 16 de Junho de 1976”, prosseguiu Kunene, que, como tantos dos seus compatriotas, é um verdadeiro poliglota, pois fala inglês, afrikaans, xhosa, zulu, tswana, sotho, swazi e outras línguas deste espaço austral.

A saga do Soweto, esse grande conglomerado de bairros a sudeste de Joanesburgo, antiga cidade dos brancos à qual tende agora a unir-se, é cultivada nos “shebeens”, as tavernas, onde se bebe, toca, dança... e se desenvolve uma cultura, uma das muitas que coexistem na África do Sul contemporânea, a par

da afrikaner, da britânica, da portuguesa e da italiana, por exemplo.

“Outros adolescentes pegaram no corpo de Hector e correram com ele nos braços para longe da multidão, que se concentrara para protestar contra a insistência do Governo de Vorster em que o afrikaans fosse a língua veicular nas escolas negras. Colocaram o corpo no carro de um jornalista e dirigiram-se a uma clínica. Mas Hector já estava morto.” É esta a história do ANC, apresentada hoje nos mais diversos formatos, inclusive com fotografias e até mesmo em banda desenhada.

Dezenas de milhares de estudantes liceais iniciaram em 1976 uma luta contra o afrikaans, no decorrer da qual houve fortes confrontos com a polícia, que fizeram para cima de mil mortos. Mas isso não impede que o dialecto criado a partir do antigo holandês continue a ser uma das línguas oficiais da nova África do Sul e que até se esteja a preparar um hino nacional que seja a simbiose dos dois actualmente existentes: o “Die Stem” dos boers e o “Nkosi Sikelel’ iAfrika” dos negros!

Os tempos são outros, a História é a

História, tenha ou não acabado. E a nova República já não é aquela que em 1961 proclamaram os brancos, ao virar costas à Commonwealth, mas também não é decerto a que teriam idealizado o chefe Albert Luthuli e Oliver Tambo, dois dos anteriores presidentes do ANC.

Durante esta semana, a fim de “angariar fundos para o partido”, vai haver, em Washington e na Cidade do Cabo, leilões de muitas peças que pertenceram a Nelson Mandela, antes ou depois de ter recuperado a liberdade: sapatos, ténis, óculos, gravatas de seda... e até mesmo uma camisa indonésia de particular estimação, com peixes estampados.

No leilão do Cabo, o grande herói da luta popular deverá ter junto de si dois dos seus novos amigos: os multimilionários Harry Frederick Oppenheimer, senhor da Anglo-American, e Sol Kerzner, imperador do jogo e do prazer, criador do luxuoso complexo turístico Sun City e do seu derivado “kitsch”, Lost City.

“Não, Charles, não me leves mais pelos caminhos do Soweto. Bem sei que é o símbolo do sofrimento e da opressão do povo sul-africano. Não me vou esquecer.” ■

Jorge Heitor, no Soweto

O que é o Soweto

PÚBLICO, 26.4.95

O SOWETO, abreviatura de Southwestern Townships, por referência à sua situação geográfica em relação a Joanesburgo, é uma enorme cidade geralmente pobre e muitas vezes violenta, que pode ser tomada como o símbolo da África do Sul negra. Ou, pelo menos, como o símbolo de todos os negros que neste último século viveram na região superpovoada que é agora designada pelo nome de Gauteng, um neologismo construído a partir das línguas afrikans e sotho.

Alguns atribuem-lhe a população de quatro milhões de habitantes, o que faria dela a maior aglomeração de todo o país, com um décimo de todos os habi-

tantes, mas a verdade é que se trata de um conjunto de 33 zonas, incluindo Orlando Oeste e Orlando Leste. E foi ali que o ANC aprovou, em 1955, a Carta da Liberdade, declaração de princípios que o levaria ao poder 39 anos depois.

Por cima do Soweto — e circundando Joanesburgo no sentido dos ponteiros do relógio —, situam-se os aglomerados brancos de Roodepoort, Krugersdorp, Randburg e Sandton, tudo isto dentro de um raio de 30 quilómetros a partir do centro da grande metrópole. Com o andar dos anos, a tendência será para que se atenuem bastante as diferenças mais flagrantes entre zonas brancas e zonas negras.

O natural é que, no início do próximo século, o Soweto comece a perder toda a carga política e social que teve durante as últimas décadas, como arrabalde para onde era empurrada toda a população negra que, durante o dia, trabalhava nas fábricas, escritórios, hospitais e residências dos brancos. E, daqui a 15 ou 20 anos, haverá antes uma grande área metropolitana conjunta, congregando o Soweto, Roodepoort, Joanesburgo, Germiston e outros aglomerados, numa área de seis ou sete milhões de habitantes, no coração de uma África do Sul que ultrapassará então os 55 milhões de seres humanos, 80 por cento dos quais serão negros. ■ J.M.

ÁFRICA DO SUL: UM ANO DEPOIS

Director do Instituto Sul-Africano de Estudos Internacionais ao PÚBLICO

“A integração político-económica da África Austral não é para já”

PÚBLICO, 26.4.95

Do nosso enviado, Jorge Heitor, em Joanesburgo

Está a nascer uma grande potência regional, que influenciará decisivamente toda a África Austral. Mas um especialista diz ao PÚBLICO que o projecto duma grande associação de Estados, economicamente integrada e de fronteiras abertas, terá de esperar. A África do Sul quer dar prioridade aos seus problemas internos e a maioria dos vizinhos ainda está a sair de guerras que os devastaram.

Greg Mills, 32 anos, director de estudos do Instituto Sul-Africano de Estudos Internacionais, a funcionar na Universidade do Witwatersrand (a região de Joanesburgo), afirmou ao PÚBLICO considerar pouco realista que um país com tantos problemas económicos dentro do seu próprio território, como é a África do Sul, se possa tornar para já o motor de uma grande união de Estados ou de uma confederação político-económica, como alguns pretendem.

“A capacidade de a África do Sul cooperar efectivamente

e influenciar de forma determinante os assuntos de segurança em outros Estados depende tanto dos seus próprios esforços para se reconstruir e desenvolver como das futuras capacidades desses outros Estados”, disse Greg Mills. Em sua opinião, não é possível estabelecer já relações do tipo das da União Europeia com países que não têm estruturas, pois estão a sair de guerras que os devastaram — referência óbvia a Moçambique e a Angola.

Há demasiadas experiências falhadas de integração africana e demasiados orga-

nismos carregados de burocracia para que se queira ou possa desde já avançar com uma grande comunidade austral, de que a África do Sul seria um dos pólos, decerto o principal, argumentou Mills. Referiu designadamente a Área de Comércio Preferencial (PTA) e a Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

“No futuro, haverá que estabelecer um equilíbrio entre os ideais e a realidade.” A partir deste princípio de Oscar Wilde, o académico falou das limitações da África do Sul para se assumir a curto prazo como a locomotiva de todos os espaços situados a sul do Zaire e dos Grandes Lagos.

Para Mills, o país de Nelson Mandela e de Frederik de Klerk tem de se concentrar em primeiro lugar num maior desenvolvimento dos seus próprios recursos e só depois partir para uma eventual integração que possa lembrar o Tratado de Roma. Tudo dependerá, além disso, de os outros Estados terem condições para ser parceiros, com um mínimo de

estruturas indispensáveis. Tal como a Itália, a França e o Benelux só se associaram à Alemanha mais de uma década passada sobre o fim da II Grande Guerra.

Polémicas fronteiras

“Não são possíveis fronteiras abertas, na África Austral, antes de 30 ou 40 anos, pois que já aqui temos mais de dois milhões de estrangeiros quando muitos dos nossos cidadãos ainda se encontram desempregados”, explicou Greg Mills, sempre com a tónica de que, se os verdadeiros acordos de comércio livre demoram tempo a concretizar-se e necessitam sempre de bases sólidas, quanto mais as comunidades com pendor político-estratégico.

Quanto ao caso muito específico do Lesotho, como que uma ilha, completamente cercado por território sul-africano, o responsável académico

Continua na pág. 9

Continuação da pág. anterior

‘Não se desfaz um casamento feliz’

“É sempre o povo das cidades que beneficia das eleições, não o do campo”, disse Pereira. Isso explica em parte, fez notar a seguir, que em tantas zonas rurais, sobretudo nas da província do Kwazulu-Natal, o sul-africano esteja agora tão renitente em se inscrever como eleitor, quando estão marcadas eleições autárquicas para o dia 1 de Novembro.

Nas cidades da África do Sul vão-se atenuando um pouco as clivagens entre brancos e negros, vai surgindo até uma certa classe média negra, mas nas zonas rurais a diferença parece ser cada vez maior, entre o desafogo de uns e a miséria de outros, argumentou este descendente de madeirenses, um dos muitos que têm conseguido fazer carreira neste jovem país ainda em fase de definição.

No último ano, diminuiu muito a violência política,

mas, em compensação, aumentou o crime de delito comum, reconheceu Pereira, para quem era virtualmente impossível que as coisas mudassem totalmente em 12 meses. Para além do mais, há ainda muito a definir, como a Constituição que há-de vigorar no fim deste século e o papel especial que poderá ser garantido ao rei dos zulus, Goodwill Zwelithini.

Kissinger ou não Kissinger

O acordo sob mediação internacional que se estabeleceu no ano passado, para que o Inkatha aceitasse participar nas primeiras eleições abertas a todos os cidadãos, deve ser respeitado, mesmo que o ANC e o Partido Nacional entendam agora que se poderá muito bem definir internamente qual o melhor tipo de

Constituição possível para a África do Sul; e se o soberano zulu necessita ou não de mais privilégios do que aqueles de que já goza actualmente. Esta a opinião do investigador do Instituto de Relações Raciais, que, pelo menos neste ponto, parece dar razão ao chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, ministro do Interior.

“Não se respeitando um acordo, perde-se toda a credibilidade quanto aos demais”, salientou Pereira, que parece concordar em que se convide Henry Kissinger e outras personalidades a dar uma achegada na redacção definitiva da actual Constituição interina da África do Sul. Mostra-se também desejoso de que o ANC não entre de forma alguma em conflito de Buthelezi, para que não se reacenda a violência de carácter político, que nos últimos 11 anos, causou 22 mil mortos no país, em

especial na região do Kwazulu-Natal, onde o Inkatha é maioritário, apesar de a nível nacional não ter mais de dez por cento dos votos.

Segundo Paul Pereira, esse é o maior perigo, muito maior do que uma eventual zanga do Partido Nacional de Frederik de Klerk com o ANC, pois que a maioria dos brancos continuará sempre a fazer parte do sistema, mesmo que não esteja adequadamente representada no Governo.

Por outro lado, não acredita em divisões dentro do partido de Mandela, uma formação que tem as suas raízes em 1912 e que, pelo menos nos próximos quatro ou cinco anos, deverá ser a preferida por mais de metade dos sul-africanos. ■

Jorge Heitor,
em Joanesburgo



vozes em português

Carlos Lopes*

A visita de Jack Kevorkian a Bissau

PÚBLICO, 23.4.95

Depois de um período de crise económica, social, política e cultural, mas sobretudo de valores morais, que já dura-va tanto tempo, Mustafa Djabi pensou ter encontrado a solução. Para um cidadão exemplar como ele, que sempre parava para andar a bandeira na Praça dos Heróis Nacionais, que nunca tinha metido as mãos para conseguir arroz nos Armazéns do Povo, sempre respei-to a hierarquia, até quando saiu de viagem ao exterior, com as quotas do partido em dia, presente em todas as manifestações de apoio e digno e respeitado dirigente da célula de bairro de Camunim de Cima, era neces-sário arranjar uma estratégia rigorosa para a aplicação do seu plano.

Em primeiro lugar, Mustafa Djabi decidiu que era preciso chegar a ministro. Presentemente, desenhou os contornos das suas alianças no seio do partido e, firmando vários escalões, conseguiu ser nomeado depu-tado. Consumado esse passo, foi depois eleito deputado com votação re-corde de 99,9 por cento. E isto na capital, conhecida por albergar muitos resistentes aos ideais nacionalistas.

Uma vez deputado, formou importantes células de apoio aos diri-gentes mais marcantes, mas apostou errado uma única vez e foi o que se viu. Esquecia-se dele para as reuniões importantes, tiraram-lhe o car-ro sem explicar porquê, e deixou de fazer parte do grupo restrito que ad-judicava as "boias" para a peregrinação a Meica. As "boias", oferecidas por países como a Líbia, Kuwait ou Arábia Saudita, eram uma mossa importante nos jogos de influência junto da sua comunidade. Estar de fora depois de ter estado dentro era ainda mais penoso, pois Djabi sabia como se podia manipular esse importante subsídio.

Não desanimou Djabi. Persistentemente, continuou a suas caminhad-a. Em casa destas, tem primeiro que se espagar do mapa e depois arran-jar uma forma indirecta de pedir desculpas aos chefes. E foi o que ele fez. O importante era que o seu plano continuava a desenhar-se com mais precisão. Mas primeiro tinha de chegar a ministro.

Oferenciou-se para animar células de outros bairros e depressa apre-endeu como reabilitado politicamente. Levou muito a sério a sua designa-ção para participar no III Curso de Superação de Militantes. Enquanto na companhia de vários coronéis, dirigentes partidários e até ministros, estava certamente em boa companhia. O seu bom comportamento con-tribuiu para que fosse escolhido para um programa "Cruzadas USA",

que o Governo americano oferece a dirigentes africanos. Trata-se de uma visita de um mês e meio por terras do Tio Sam, com tudo pago do bom e do melhor, supostamente para mostrar os benefícios da democracia. Djabi sabia que, devido aos perigos ideológicos, só pessoas de con-fiança eram seleccionadas pelo Governo.

Pedra a pedra, Djabi lá se foi habitando aos corredores do poder, até que apareceu como normal a sua nomeação para secretário de Esta-do do Turismo. De lá a ministro de uma pasta menor foi fácil. Estavam então criadas as condições para aplicar a receita que o viche torturando durante tanto tempo.

A estratégia de Mustafa Djabi era a de aliviar a dor da crise econó-mica, social, política e cultural através de uma morte suave... de crise. Conhecis "mezinhas" de diásporas, ou curandeiros, como os europeus lhes chamavam, que eram fortíssimos. Prova disso: não tinha ele obriga-do a ministro? Conhecia também a crenga popular no papel do morto. Embora orgulhoso, concordava perfeitamente com a teoria de que as almas dos mortos se podiam indignar e interpelar os presentes, a teoria do Jon Gago, nome que se dava a tais almas penadas. Tinha visto com interesse o filme de Flora Gomes "Morru Negro", que mostrava com exactidão o que ele pensava. Não estava só, pois. Até intelectuais con-cordavam com essa teoria!

Mas o mais importante é que durante a visita a América tinha-se informado sobre um método que parecia entender de mortes e almas penadas. Parecia-lhe a pessoa indicada para ajudar a matar... a crise. O seu nome era Jack Kevorkian!

Kevorkian é famoso entre os amantes da eutanásia. Desde que, em 1980, ajudou uma velhinha de 50 anos, com a doença de Alzheimer, a morrer num parque de curvas de campo de Oakland, Michigan.

Desafiando todas as leis e convenções, o dr. Kevorkian, apelidado pela imprensa escrita e oral, administra a morte através do Mercytron — "mercy" para piedade e "tron" para tecnologia —, que é um engenho de morte doce, composto por três frascos de perfume, um com o banal eum, outro com anestésico e o terceiro com clório de potássio — que o paciente deve aspirar ele mesmo.

Para Mustafa Djabi, a combinação das drogas guineenses com a última novidade americana era um bônus para a sua estratégia de fazer

morrer a crise. Preparou, com todo o detalhe a sua apresentação ao Con-selho de Ministros: identificar a crise económica, social, política e cultu-ral nos mais ínfimos detalhes. Fabricar os "mezinhas" para tratar as crises, umas a umas, e depois esperar que as almas penadas repousassem em paz e... deixassem os sobreviventes viver em paz.

Como precisava de aliados, não perdeu tempo. E tocou de avançar com a mobilização dos seus antigos colegas das células de bairro. As-sembleia Nacional Popular, cursos de superação e, agora, do Governo também. A sua rede era densa e impressionante e o seu jogo de influências políticas, comerciais e religiosas tinha-o ajudado já no passado.

O dia grande chegou finalmente. O dr. Kevorkian desembarcou no Aeroporto de Bissau para uma visita a Bissau. Veio acompanhado de três assistentes que se ocuparam de detalhes técnicos da sua impor-tante missão. Vieram todos de Washington DC e estavam cansados da viagem quando encontraram o ministro Djabi. Ao chegar ao hotel, foram estupefactos com tanto desconforto, apesar de se instalarem no Sheraton Bissau. Não havia CNN e o ar condicionado era muito barulhento. A comida era muito diferente da americana e não havia Coca-Cola. Enfim, via-se que estavam num país a braços com muitas crises e pareciam a razão do apelo do ministro.

No dia seguinte iniciaram-se discussões sobre a morte doce e eutanásia. O dr. Kevorkian bem explicou que para ele este era um experi-mento novo, visto nunca ser administrado a sua teoria a uma crise. Normal-mente aplicava-a a pessoas moribundas. Mas o ministro insistiu que a crise também era moribunda. E seriam os guineenses a sofrerem o engenho da morte. Assim fosse! Continuaram pois as discussões técni-cas entre as partes: balança de pagamentos, défice fiscal, privatização, redução da função pública, desvalorização, foram as primeiras crises de-finidas ao detalhe. Depois continuou-se com multipartidarismo, reforma de assistência social, etc.

As discussões terminaram uma semana depois. O dr. Kevorkian foi convidado a falar ao grupo restrito de ministros que lidavam com a cri-se. Quando terminou a sua exposição todos aplaudiram as recomenda-ções. A morte doce das crises estava aprovada. E desde então o ministro Djabi passou a ministro das Finanças.

* sociólogo guineense

as sete partidas do mundo

A FOTOGRAFIA em Moçambique, arte com alguma tradição neste país, continua a acender pontos. Na semana passada surgiu em Maputo a primeira de uma série de três colectâneas de foto-grafia, "Olhar Moçambique", na qual as imagens da violência guerra que durante dezoito anos assolou o país se misturam já com testemunhos dos novos tempos de paz. As fotografias trem-em e asinistram de dois dos mais famosos profissionais de Moçambique, Ricardo Rangel e Fernando Martinho, a que se jun-tam trabalhos de alunos do Centro de Formação Fotográfica. A primeira colectânea reúne imagens de Cabo Delgado, Niassa e Nampula; a segunda será dedicada às províncias do Centro e a terceira ao Sul. Cada volume, a cores, deverá ter uma tiragem de 2500 exemplares, sendo o primeiro enriquecido com um texto do poeta e crítico Calene da Silva. A iniciativa, do Centro de Formação Fotográfica, teve o apoio da Associação Dinamizadora de Cooperação.

TRAZER até ao coração de um país destruído pela guerra a arte de um outro país, a quem a guerra não conseguiu vencer, é a proposta do jornalista Goran Denlik. Artista plástica, actualmente com uma exposição, "Bela Blo-

ca", na Casa de Cultura da capital moçambicana, Denlik tem vindo a recolher material para uma grande mostra de arte moçambicana, a realizar em Outubro, no Museu Nacional de Arte de Belgrado. Entre esse material constam obras de Rui Mata — ceramista ingénuo, espécie de Rosa Ramalho moçambicana, que nos últimos tempos tem conhecido grande sucesso —, dos escultores Chissano e Gorasse, e dos pintores Conde (irmão de Elvino Conde) e Victor Sousa. Goran Denlik já anteriormente viveu em Moçambique, tendo estado no atelier do es-cultor Chissano, antes do seu suicídio, em 1994.

A CASA do Brasil lançou, na passada sexta-feira, um vídeo didáctico sobre a história do Brasil — colónia —, denominado "Portugal e Brasil: Imagens de uma História". Destinado ao ensino secundário, este vídeo tem por objectivo oferecer um material moderno e atraiante capaz de auxiliar os professores na preparação de aulas sobre este tema. Apresentado no Auditório do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, o vídeo procura mostrar as bases históricas e éticas do conceito de "brazileiridade", resultando o facto de o Brasil ter sido a única colónia onde os portugueses se

integraram profundamente, contribuindo para a formação da sociedade brasileira. A iniciativa nasceu das constantes solicitações de material didáctico e convívio à Casa do Brasil, por parte das escolas portuguesas ao longo dos últimos três anos. Para realizar esta proposta, a Casa do Brasil contou com o apoio da União Euro-peia, através de um projecto coordenado pelo Centro de Informa-ção e Documentação, Amílcar Cabral (CIDAC).

ETNOMUSEOLOGIA Hoje" é o tema geral de um ciclo de conferências promovido pelo Fanzozem Municipal, em colaboração com o Instituto de Etnomuseologia, a Uni-versidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. A sétima das palestras africanas de língua portuguesa vai ser objecto de comunicação, nomeada-mente no dia 26 de Abril, "Médica Coral em Maputo: Mi-grações e Adaptação Urbana", por João Soares de Corve-lim; e 6 de Junho, com "Batuques: Músicas Cabo Verdeanas na Comunidade Imigrada na Região da Grande Lisboa", com a intervenção do grupo Fimco-pé, e, por fim, a 23 de Junho, com o "Festibal de S. Tomé: Tradição e Identidade de uma Nova Nação Africana", por Rosa Clara Neves, e

Continuação da pág. anterior

"A integração político-económica da África Austral não é para já"

admitiu a hipótese de ele um dia vir a ser "a décima provin-cia" da África do Sul, decisão que compete aos dois países, que há muito têm uma união aduaneira.

Sobre a presença em Ango-la da empresa de assessoria mi-litar Executive Outcomes, Mills afirmou que essa espécie de ac-tividade conta com o apoio tácito do Governo sul-africano. E disse também que "há elemen-tos no Governo angolano que crêem que a única solução para o país é uma solução militar, o que torna as coisas muito difíceis". Considera que a melhor

opção para todos, incluindo Jo-nas Savimbi, é a paz e crê que o líder da UNITA não está a fazer "bluf" quando diz que está sob ameaças de morte.

No que toca ao Zimbabwe, este estúdio das coisas da África Austral declarou ao PÚ-BLICO que as recentes eleições demonstraram falta de cultura democrática e de uma oposição forte. É que não havia partidos oposicionistas credíveis e assim a ZANU/Frente Patriótica ficou com o domínio quase absoluto do Parlamento, excepção feita a dois dos 150 deputados.

Voltando à necessidade de

a África do Sul arrumar a casa antes de se meter em associa-ções políticas, económicas ou de defesa com os demais Esta-dos, Mills apontou a dificulda-de de as eleições autárquicas se realizarem em Novembro, quando nem sequer estão devi-damente definidos os poderes das autarquias. Haverá um poder real para as autoridades au-tárquicas ou apenas um poder delegado pela administração central? Não se sabe ainda, assim como não estão definitiva-mente traçados os espaços dos novos municípios, resultantes da desejável abolição de fron-

teiras entre municípios bran-cos e "black townships".

Por último, nestas perspec-tivas "à vol d'oiseau" de alguns dos problemas actuais da África do Sul e dos seus vizinhos, o di-rector do Instituto de Estudos Internacionais admitiu que, nas próximas eleições-gerais, em 1999, o ANC possa perder alguns pontos percentuais a fa-vor do Partido Nacional, do ac-tual segundo vice-presidente, Frederik de Klerk, ficando a primeira formação sempre com a maioria absoluta e a segunda sensivelmente com um quarto do eleitorado. ■

Que é feito dos extremistas de ontem?

PÚBLICO, 26.4.95

OS EXTREMISTAS brancos e negros da África do Sul, que profetizaram o apocalipse, encontram-se isolados e marginalizados, um ano após as primeiras eleições multiraciais da história do país.

O movimento neonazi da Resistência Afrikaner (AWB), depois de ter sido a mais sinistra das aves de mau agouro, quase desapareceu da cena política. Eugene Terre 'Blanche, outrora o fogo-líder deste movimento, já não passa de uma sombra de si mesmo, um ano depois de ter jurado combater o novo poder democrático do Presidente Nelson Mandela, que pôs termo a séculos de supremacia branca.

Nessa época, Terre 'Blanche pedia a Deus que ajudasse os afrikaners, descendentes dos colonos holandeses e de huguenotes franceses, na sua luta contra o "inferno comunista" em que, previa, previa, a África do Sul iria mergulhar depois das eleições.

Mas hoje, em vez de honrar o seu juramento de batalhar por um Estado branco

separado, Terre 'Blanche vê-se na posição de suplicar, à comissão de Justiça, do novo Parlamento de maioria negra, a amnistia para os membros do seu partido implicados em atentados com explosivos, que fizeram 21 mortos antes das eleições.

Por sua vez, o Partido Conservador (CP), acérrimo defensor do "apartheid" e que boicotou as eleições, debate-se com problemas financeiros e a afluência de público aos seus comícios diminuiu consideravelmente, em contraste com a época em que representava a oposição parlamentar às reformas propostas pelo Presidente De Klerk. O CP já anunciou a intenção de participar nas eleições autárquicas marcadas para Novembro, numa tentativa, dizem os politólogos, de prolongar a sua existência.

A Frente da Liberdade (FF), a franja realista da extrema-direita, deu um importante contributo à transição ao participar nas eleições de 1994, onde não passou contudo dos dois por cento dos votos. O seu chefe, o general Constand Viljoen, ainda diz acreditar na criação

de um Estado separado para os brancos, mas por via parlamentar. Até lá,

faz negócios no vizinho Moçambique e mantém uma cordial relação com o Presidente Mandela. Pensa que a grande maioria dos afrikaners acredita na sua estratégia e que as hipóteses duma revolta dos extremistas brancos são longínquas.

Já o seu vice-presidente, Willie Snyman, é mais ameaçador: para ele, a liberdade dos afrikaners "sumiu-se nos esgotos" e eles encontram-se agora tão fracos como depois da sua derrota perante os britânicos, na guerra dos boers (1899-1902).

"Vejo um conflito potencial entre os diversos grupos étnicos da África do Sul", disse Snyman à AFP, precisando que não estava a pensar apenas no confronto entre negros e brancos, mas numa guerra entre os próprios negros.

O porta-voz do AWB, Fred Rundle, que qualificou de "terrível" este último ano, proclamou que o seu partido se continha a preparar para a batalha contra "o governo racista antibrancos", frisando que continua a preparação dos cer-

ca de dez mil homens que diz fazerem parte do seu grupo para-militar. "Os brancos acabarão por se dar conta de que estão em vias de perder tudo", acrescentou.

Ironizando sobre o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, do governo, que qualifica de "vingança da população negra", assegura que o país está a entrar numa "rápida derrocada".

Do lado dos extremistas negros, o Congresso Pan-Africano, que desempenhou um papel relevante antes das eleições, só recolheu 1,25 por cento dos votos em 1994, e, tal como o AWB, está hoje sobretudo preocupado em conseguir uma amnistia para alguns dos seus militantes acusados de atentados racistas, designadamente contra uma igreja e um "pub".

Por fim, os ultra-revolucionários da Organização do Povo da Azania (Azapo), que boicotou as eleições argumentando que elas não levariam a lado nenhum, quase desapareceu. A sua manifestação mais marcante foi a publicação de um comunicado pedindo à rainha Isabel de Inglaterra a restituição das jóias da Coroa provenientes da África do Sul. ■ Clyde Russeel, AFP, em Joanesburgo

Carlos Graça, primeiro-ministro de São Tomé, fala ao PÚBLICO

PÚBLICO, 26.4.95

O homem dos consensos impossíveis?

Turismo Sepulturado em São Tomé

Parvo sério. Enfrenta as situações incómodas com "fair-play". Quando a entrevista com Carlos Graça, médico e primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, estava prestes a iniciar-se, a luz falhou. "Estão a combater um dos problemas mais graves da vida dos sãotomenses", diz, sorrindo tristemente, Carlos Graça. Sorri sempre. Tristemente.

A entrevista começa à luz de um foco e de um candeeiro de petróleo. Escreve-se quase às escurelas. Calmamente, Carlos Graça, primeiro-ministro de São Tomé, oriundo do MLSTP — antigo partido único pró-soviético, que, nas últimas eleições, conquistou uma maioria relativa —, explica que "as três prioridades da política externa do país são as relações com Angola, Portugal e França". Por esta ordem? O sorriso triste de

Carlos Graça regressa: "Não. A ordem é arbitrária." E faz questão de insistir: "Mesmo se, por hipótese, um dia um dos nossos paraisos ultrapasasse em volume de negócios a posição de Portugal, Portugal continuaria a ser um parceiro especial."

Quando o primeiro-ministro analisa a evolução económica de São Tomé, sente-se que fala a verdade. Sim, depois da independência houve uma ligeira melhoria nos campos da Educação e da Saúde. Mas, em 1980, entrou-se no que ele chama a década perdida de África. E então, São Tomé, que havia sido, nos anos 30, o maior produtor mundial de cacau, com 36 mil toneladas anuais, deixou envelhecer as plantas. É certo que a decadência do cacau já vinha dos tempos coloniais: em 1974, ano de transição para a independência, a produção era de 11 mil toneladas; depois, entrou-se numa "espécie de PREC — com os seus excessos, a sua desorganização, o abandono dos quadros e proprietários portugueses — e, no primeiro ano de independência, a produção descaiu para seis mil toneladas; no final dos anos 80, estabilizava no patamar baixíssimo de três mil toneladas. Entretanto, o preço do cacau descaiu nos mercados internacionais, o que dificultava ainda mais a sobrevivência de São Tomé.

O ambiente de desorganização da produção atingiu outras áreas agrícolas. A produção de café foi praticamente abandonada, deixando-se definir as plantas. Hoje, procura-se recuperar a sua produção — tal como a do cacau — e a família portuguesa Espírito Santo tomou conta da roça Monte Café que, dentro de mais dúzias de anos, poderá produzir cinco toneladas.

Quais são as prioridades económicas de São Tomé? Segundo o primeiro-ministro, para além da renovação das culturas tradicionais (cacau e café), há que diversificar a produção agrícola, diminuindo assim as importações. A distribuição de terras a pequenos agricultores já começou. O MLSTP tem esperança na iniciativa individual. Mais, se for incrementado o turismo, o reforço da agricultura poderá alimentar uma população excedentária que procuraria São Tomé pelas suas belezas naturais. O simples turismo seria acompanhado pelo estabelecimento de uma zona franca que permitiria a construção de hotéis e bancos "off-shore". A pesca também seria relacionada — as artes tradicionais já não chegam para abastecer o país, pois japoneses, russos e espanhóis pilharam as águas territoriais, dizem as suas línguas —, com o



Carlos Graça

estabelecimento de acordos com países que deixassem parte do produto no local.

Mas como apostar no turismo — à semelhança das Bahamas que parecem ser o modelo de desenvolvimento de Carlos Graça (mas o produto "per capita" nas Bahamas é de três mil dólares e em São Tomé não ultrapassa os 200) — se o arquipélago está dominado pela malária? Graça sorri de novo tristemente: que já há um acordo com a Organização Mundial de Saúde para controlar a epidemia; que se vai sacar plantações que se exportam no armazenamento básico. Industriais portugueses já lhe comularam o interesse em investir no turismo e nas pescas.

O esboço do UHSS e

a queda do Muro de Berlim não serão também responsáveis pela crise económica sãotomense? "Não muito" — afirma este histórico da luta de libertação. "Rusões e cubanos ajudaram-nos nas áreas do Ensino e da Saúde... e no campo militar (sorriso melancólico). A população sentiu-se até defraudada nas suas expectativas."

Depois, o primeiro-ministro — quando a electricidade já regressara — fala da política interna, dos partidos da oposição, PCD-GR e ADI (o MLSTP tem maioria relativa no Parlamento, com 27 deputados em 55). Guarda para o primeiro as críticas mais contundentes: Quando o MLSTP era partido único, a oposição fugava-o, acusando-o de corrupção; afinal, com a democracia, a corrupção aumentou, o neoliberalismo fez subir os preços e estabilizar os salários, ao ponto de estes se tornarem quase simbólicos.

Mas afinal de que vive o sãotomense? "De negócios nem sempre claros, de esquemas", responde. O PCD não terá cumprido os acordos estabelecidos com o FMI e o Banco Mundial, que hoje apertam o garruche à volta do peçoço do executivo do MLSTP. Singularmente, Graça poupa a ADI, que considera uma organização responsável, que votou favoravelmente o seu programa de go-

vernamento. Bizarro, muito bizarro... A ADI é o partido apoiante do Presidente da República, Miguel Trovada, que já deitou abaixo dois governos e parece também não gostar muito deste. Que não é verdade, sustenta o primeiro-ministro. Que as relações entre Governo e Presidente são harmoniosas. Não é o que se ouve na rua, senhor primeiro-ministro... O sorriso triste: "Acredite, é verdade. Aliás, não convém ao Presidente a desestabilização, pois o povo encara a classe política como um bloco e não entende estas divisões. E se ele pretender recandidatar-se..."

E eleições, sempre as eleições. Num país de 120 mil habitantes, que caberiam todos no estádio do Benfica, só se fala em candidaturas presidenciais. Miguel Trovada, é claro. Mas também o antigo Presidente Pinto da Costa, militante do MLSTP. Que parece ser o homem dos ungidos, como Trovada seria o das francesas. Sempre o sorriso triste de Carlos Graça: "Dê-me sinal algum de querer candidatar-se." Mas, na rua, sabe-se já que Pinto da Costa tem dado todos os sinais. E que provavelmente ganhará.

Interesses angolanos, franceses, portugueses, Carlos Graça, o homem dos consensos impossíveis? ■

Partido moçambicano declara guerra aos portugueses

EXPRESSO, 29.5.95

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

A COMUNIDADE portuguesa de Moçambique surge destacada na «lista negra» dos alvos a atingir pelo Partido dos Operários e Camponeses em formação naquele país. Em panfletos que circulam em Maputo, o partido anuncia que, a partir de Junho, vai desencadear «operações de represália» em todo o país contra o apoio do Governo português ao Executivo moçambicano no «roubo e esbanjamento do dinheiro e riquezas» do país.

As comunidades italiana, sul-africana e de «alguns países da comunidade internacional» são também alvo de ameaças dirigidas a «brancos, mulatos,

▶ indianos e indivíduos de origem chinesa», classificados «os grandes candongueiros e corruptos» que dilapidam a economia.

«A escola portuguesa, na FACIM, a italiana, na avenida Lênine, etc, são os nossos alvos. Não teremos contemplações porque os vossos governos estão a alimentar a ditadura do 'chissanismo'», proclama um dos panfletos do Partido dos Operários e Camponeses a que o EXPRESSO teve acesso.

A coincidir com o 25 de Abril deste ano, aquela organização difundiu um panfleto com a seguinte passagem: «O povo por-

tuês quando se viu cansado fez a revolução dos espinhos».

Assente em premissas xenófobas, chauvinistas e regionalistas, a organização afirma-se disposta a combater o «Império de Gaza», terminologia aplicada para contestar a liderança sulista do país, e adverte as autoridades para não «subestimarem» a AMODEG (Associação dos Desmobilizados de Guerra de Moçambique).

«Os que se declaram contra a AMODEG são lacaios da Frelimo», acusa o Partido dos Operários e Camponeses, afirmando que o próprio líder da Renamo, Afonso Dhlakama, é hoje um político

«frouxo» que demonstra «claramente que se esqueceu dos que se sacrificaram para lhe garantir o conforto».

Os panfletos atacam também o chefe da banca parlamentar da Frelimo, Armando Guebuza, e o ministro da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Francisco Madeira, e poucam a vice-ministra moçambicana do Plano e Finanças, Luísa Diogo, único membro do actual Executivo considerado «rijo». Graça Machel, viúva do primeiro presidente de Moçambique, é uma das poucas figuras públicas tratadas com simpatia por este grupo, cujos líderes não se identificam.

Vulcão do Fogo menos activo

PÚBLICO, 30.4.95

O VULCÃO da ilha do Fogo, em Cabo Verde, parece ter diminuído a sua actividade nos últimos dias, segundo uma equipa de observação no local, cujo trabalho é coordenado por Alberto da Mota Gomes do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.

«O vulcão está ainda em actividade, mas fraca», disse ontem ao PÚBLICO Júlio César, um aluno daquele instituto integrado na equipa que tinha estado no dia anterior em Chã das Caldeiras, o local onde a erupção começou no dia 2 de Abril com

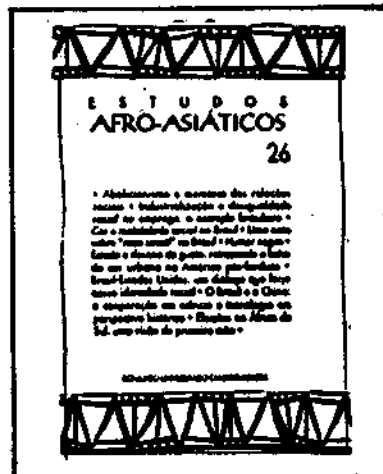
três bocas eruptivas. Vinte e quatro horas depois, naquilo que deverá ter sido o dia de maior actividade do vulcão, o número de bocas subiu até sete para baixar no dia seguinte para dois focos, número que parece não ter sido ultrapassado desde então. De facto, durante a maior parte do tempo, apenas uma boca expelia lava e piroclastos (fragmentos incandescentes), dando origem à formação de um cone que se destacava na base do Pico, o cone mais alto da ilha, que atinge uma altura de 2829 metros.

Nos últimos dias, a principal boca eruptiva que se formou ao longo de uma falha cujo comprimento pode ir até aos dois quilómetros tem emanado apenas gases — ou fumarolas. A frente de lava que prosseguia na direcção de duas povoações de Chã das Caldeiras — Portela e Bangaeira — parece manter-se quase parada. «Mas há uma pequena fissura na base do cone novo que liberta um pouco de lava. O novo rio já estravazou a lava saída do cone novo em 170 a 200 metros. É um derrame pouco intenso». ■ I.S.

Care suspende ajuda em Angola

PÚBLICO, 1.5.95

A ORGANIZAÇÃO humanitária Care International, apoiada pela Igreja Católica, anunciou ontem que vai suspender «por tempo indeterminado» a distribuição de ajuda humanitária na província angolana do Bié «por falta de segurança nas estradas». Num comunicado distribuído em Luanda, a organização afirma que «as minas colocadas em toda a província durante a guerra entre as Forças Armadas Angolanas e os rebeldes da UNITA impossibilitam a circulação de veículos com a ajuda», especialmente entre o Cuíto e as zonas vizinhas, como Catabola. Especialistas calculam entre 10 milhões e 20 milhões o número de minas enterradas no solo angolano. Muitos civis perderam a vida nas últimas semanas na sequência da explosão dessas engrenhas. ■



Savimbi visita Costa do Marfim

PÚBLICO, 30.4.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, deslocou-se ontem à Costa do Marfim, a fim de conferenciar com as autoridades locais e de, em Yamassoukro, se inclinar perante o mausoléu do antigo Presidente Félix Houphouët-Boigny, que sempre considerou como um dos seus pais espirituais, disse ao PÚBLICO fonte do Galo Negro, contactada em Pretória.

Quinze dias depois de haver estado em Gbadolite com o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, o chefe da UNITA entendeu por bem ir à Costa do Marfim, sempre no intuito de ouvir conselhos, «como reza a tradição africana», acrescentou um dos colaboradores de Savimbi, que também espera para daqui a alguns dias a sua eventual vinda à África do Sul, que chegara a estar prevista pelo gabinete de Nelson Mandela para a semana ontem finda.

A notícia da viagem para Abidjan e Yamassoukro coincidiu com a de que a UNITA libertara sete prisioneiros de guerra, na província do Uíje, como um sinal de boa vontade a anteceder a tão falada cimeira entre Savimbi e o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Em princípio, o encontro reconciliatório entre os chefes dos dois principais partidos angolanos poderá vir a acontecer em Lusaca, capital da Zâmbia, dentro dos próximos seis dias, mas aguarda-se ainda que o representante da ONU neste processo, Alioune Blondin Beye, confirme a data. ■

Do nosso enviado Jorge Heitor, na África do Sul



Mia Couto*

VOZES em PORTUGUÊS

Desabitantes do último mundo



PÚBLICO, 30.4.95

Um dia destes me surgiu uma pintora sim-bahreana que me pediu um texto para a sua próxima exposição. A artista, Berry de seu nome, havia escolhido um prédio em ruínas como galeria. Da já havia decidido não mais escrever para catálogos de exposições. O que sei eu de artes plásticas para me atribuir esta missão de escrever sobre artes e artistas? Pensei, quando muito ensaieir desaprensiveles. Berry sabia de muita pintura. Mesmo assim se decidiu a me abordar, falando de si, do seu trabalho, de sua viagem à ilha do Do.

A conversa me trouxe um universo inferior rico e interessante, mas não me facultou os materiais que um texto de apresentação requer. Da continuação e logo depois de informado pelo meu ousoi indutivo-se em página de catálogo. Mas havia nas palavras de Berry um subití convite para um outro texto. Da descoberta veio uma procura que me era comum: uma viagem que desabre o viajante, um destino que se alimenta de seus próprios pedacos. De onde vem esse convulso de destino? me interrogo agora. O simples facto de sermos africanos de origem europeia explica, por si só, essa complexidade?

Rabiquei uma tentativa de resposta, correndo o risco de apresentar uma outra Berry, que não é esta que artisa a sua arte na Baixa de Maputo, em plenas ruínas do prédio Pvd.

Os artistas da Africa Austral, neste fim de século, são criaturas do caos. Sobre eles também fragmentos de um mundo que nos torna e impossibilidade de ser artista. A noção especialmente é a desordem. Alguns de nós vivem esse caos, mas estão ontologicamente fora dele. São mestres de fatalidade e de es-

peranza, híbridos entre aqueles que se desorganizaram do seu mundo e os que se julgaram criadores de catástrofe. Aqui reside, talvez, o primeiro laço de convulso entre mim e Berry. Somos personagens inusitados. O nosso pensamento com as ilhas é esse, somos já do mar, sendo ainda terra. Escrevimos apenas na nossa própria negação — terra sem água, avia em corda. A nossa pintura não nos foi passada por herança. Nós e outros, perseguidos da nossa própria existência. Quem veio de muitos mundos não vai nunca para lugar nenhum: o mundo é única emigrado possível.

Ortodoxo do passado mas sem vício do futuro, navegamos em viagem de ninguém.

Os outros necessitam de previsibilidade, de antever algum horizonte. O futuro para nós não há. Por: é incerto. Para além do hoje estão brumas e incertezas. As ilhas são um lugar onde esperitamos a viagem não para a fazer, mas para que a viagem nos faça a nós. Os outros constroem mitos das descobertas, da aventura, da autenticidade, da universalidade. Entre nós e eles a diferença não é, afinal, tanta: a nossa viagem é ausente, a deles é híbrida.

Berry ensina uma pintura fora das molduras. A mesma linguagem se aplica, escrever fora da própria escrita. Para não sermos capturados pela arte. Como a arte que se cria fora do vos porque sabe que a altura africana o sonho. Não é verdade que o artista não levante voz. O céu onde ele voa é que não existe.

Não nos anima resistir o questionar. As cores estão lá, por debaixo da lama, ocultas, melindrosas. Portanto, Berry de-

ta o mundo sem cor. O seu fim é provocar, numa breve instância, o desmaio do que é vital. Como eu ambiciono escrever para tornar o texto ausente.

O que nos aproxima é um caçapo não de escola ou correntes, mas de própria representação que a arte faz de si. É necessário devolver à sua os processos que outros chamam de "criação artística", deixar irto e quando na deriva do corrente, encontrar "tula e palavra no caldo de vertigem de onde elas emergem. Já não há simplesmente que encontrar. Já não é suficiente sobreviver. As regras do jogo — não é isso que importa trabalhar, mas evocar o próprio jogo. Dever-se arte à trama da vida, praticar o insoeto entre a pintura e a realidade que lhe deu parto.

A escrita ensina também a lidar dos limites que são impostos por uma linguagem estruturada, codificada. A linguagem escrita obra com elos e linguagens oral, a sua mobilidade e abertura; a possibilidade de uma não história. Os mesmos limites atuam a pintura de Berry: a necessidade de desabitar e sair, despojar a pintura, descompartar a galeria. Esgr na margem da rua, onde a história tropeçou na história e se feriu. As ruínas do prédio Pvd se aproximam assim da Ilha do Do. Desagradado momentaneamente onde nos revifitamos, sentido de um tempo que não morre. Ou de um tempo em que todos recusamos escrever a vida da nossa própria morte. Na Ilha e nas ruínas, o tempo está, ele próprio, em exposição. A arte de Berry realinha todo momento: a nossa existência está na our temporaneidade. O futuro é um agente todo de memória, a

* escritor moçambicano

os sete partidos do mundo

Em Moçambique, é notória o aparecimento de uma nova revista, "Midiyana", especialmente dedicada às mulheres. A zona publicadora, de periodicidade trimestral, tem como diretores Helena Gumbi, responsável pela secção do mesmo nome, Midiyana, que significa "mulher em língua nativa. A revista pretende dar especial atenção à vida das mulheres moçambicanas nas zonas rurais, incluindo artigos com temas como o estado do distrito, desenvolvimento e saúde, técnicas tradicionais e práticas agrícolas. O primeiro número, por exemplo, tem como matéria principal uma série de entrevistas com mulheres, que revelam velhos segredos e falmas de costumes, mentes e outras formas desconhecidas a cairer os horizontes. Há também receitas de culinária tradicional. A maior parte dos artigos são assinados por mulheres, entre sociólogos, antropólogos e escritoras. Escrito em português e outras línguas de Moçambique, "Midiyana" tem uma tiragem de cerca mil exemplares.

NA Cidade da Praia é de teatro que se fala, desde da estreia, na passada sexta-feira, da peça "No L. A. girinas de Laredo", iniciativa do Centro Cultural Português, esta peça — encenada pelo mesmo autor italiano Lamberto Carroli a partir de "Ma-

Chaves do Vaticano", de André Gide, e "O Processo ao", de Albert Camus — tinha sido anteriormente montada no Mindelo como grande sucesso junto do público. "A grande actualidade das obras permitiu trabalhar sobre temáticas fundamentalmente na vida de todos em qualquer lugar do mundo", diz Carroli, que já por diversas vezes ligou a sua noção ao teatro ebo-ventilase. "Compreensão o trabalho não é uma coisa de grande complexidade técnica, mas a qual feita não impossível estabelecer argumentos delicados e difíceis, como os que envolvem a morte, a loucura, o sexo, o amor e a culpa."

Diz um texto à razão brasileira foi o objetivo do autor Pedro Bizarro ao escrever "O Povo Brasileiro — A Formação e o Sentido do Brasil". Recentemente lançado no Brasil, com a directoria do Companhia das Letras, o livro constitui uma apaixonada análise da manifestação enquanto factor fundamental para a formação do grande país da América Latina. Na linha de um Gilberto Freyre, que em "Casa Grande e Senzala" definiu os seus habitantes, Bury Bizarro revela o papel do negro na cultura brasileira, lamentando, no entanto, que os próprios negros não participem mais activamente na sua reedi-

ção: "A rebelião negra", escreve, "é muito menor e menos agitada do que deveria ser. Quase na mesma altura foi lançado outro livro do velho antropólogo, "O Brasil como Problema" (Editora Pantheon, Atenas), colectânea de ensaios dispersos por vários jornais e revistas.

ADIDA e Tempo", escrito a tempo, parte posterior e lançamento, na segunda semana de Maio, do jornalista Paulo, que vai ser o título do quinto álbum de Paulo, e quando editado em Portugal, para para onde veio em 1990. O novo álbum inclui 14 temas com ritmos variados, do clássico da música popular brasileira de Assis Valde, Filho Zou, até o atual da banda de Angola em Portugal, escreveu ao leitor para quatro temas, sendo os restantes de autoria do próprio Paulo. "Temo que este é um disco mais conhecido", disse Paulo ao PÚBLICO, acrescentando o facto de não se ter servido sendo do autorizar "Trempe-me não sou a participação humana." O anterior trabalho de Paulo, "Amor e Tempo", foi lançado em Fevereiro de 1994, acompanhando o disco de gravação que os mesmos depois. * LLA

Amandela de Klerk, sul-africana, nascida em Abril de 1994

Os filhos da liberdade

PÚBLICO, 1.5.95

*Do nosso enviado
Jorge Heitor
em Durban*

Tem um ano e chama-se Amandela de Klerk. É um dos símbolos da nova África do Sul. E sob muitas outras formas estão a aparecer no país sinais de uma sociedade inteiramente nova. Em Durban, perante um Presidente que há seis anos estava ainda na prisão, desfilaram, lado a lado, antigos soldados do "apartheid" e guerrilheiros do ANC. E um destacamento de antigas combatentes, mulheres brancas, de cabelo branco.

Mary de Klerk, 38 anos, aproximou-se da tribuna erguida junto à Câmara Municipal de Durban e fez todos os possíveis por mostrar ao Presidente da República a sua filha loira, uma menina de um ano a que deu o nome de Amandela, precisamente porque nasceu na última semana de Abril de 1994, quando a África do Sul estava toda ela a ir pela primeira vez às urnas, em pé de igualdade.

Esta mãe, que por acaso tem o mesmo apelido que o anterior chefe de Estado, não achou melhor maneira de manifestar a sua adesão ao processo de transformações em curso no país do que registando a petiza como Amandela de Klerk. E diz que ela "é saudável e feliz, representando tudo quanto há de positivo".

Nelson Mandela estava em Durban, durante o fim-de-semana, para assistir ao primeiro e emotivo grande desfile das novas Forças de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF), iniciado com uma salva de 17 tiros de canhão. Aproveitou a ocasião para dizer que a necessária racionalização dos efectivos militares só será feita de forma judiciosa e humanitária, de modo a não prejudicar ninguém.

Perante o Presidente da República — que há seis anos ainda se encontrava na cadeia a cumprir pena de prisão perpétua, por conspiração contra um regime que considerava injusto — desfilaram os antigos combatentes e todos os ramos das "novas" SANDF, que, por acaso, até são predominantemente constituídas pelas mesmas unidades e pelos mesmos oficiais que, até 1989, eram os sustentáculos do "apartheid". Só que a essas forças se juntaram agora os militares dos antigos bantustões, teoricamente independentes, e ainda os guerrilheiros do ANC e do PAC, num total de mais de 90 mil homens, que Mandela reconheceu ser excessivo para as necessidades de defesa do país.

Momento alto foi aquele em que um destacamento feminino de antigas combatentes, mulheres brancas e de cabelo branco, de branco vestidas, se integrou no desfile em que os militares sul-africanos de ontem e de hoje, pela primeira vez, apareceram em conjunto nas ruas de uma grande cidade, perante um Presidente negro.

Heróis medalhados no "m da II Guerra Mundial, em 1945, oficiais que 30 anos depois tentaram chegar a Luanda e impedir a proclamação da República Popular de Angola, sargentos que investiram contra instalações do ANC em Moçambique e na Zâmbia, combatentes do Umkontho we Sizwe (o braço armado do Congresso Nacional Africano)... todos ali irmanados, pela West Street fora, com as suas lanchas, tanques e canhões. Era difícil ficar insensível e alguns não escondiam uma lágrima perante o significado do histórico de tal desfile.

Militares, militares...

De pé, na tribuna, ao lado de Mandela, encontrava-se o ministro da Defesa, Joe Modise, que outrora esteve ao lado dos já falecidos Joe Slovo e Chris Hani, na condução do Umkontho we Sizwe. Mas, hoje, ele faz causa comum com os generais brancos na guerra a quaisquer cortes orçamentais para as Forças Armadas, numa altura em que são precisos mais fundos para o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento.

Modise, o seu vice-ministro da Defesa, Ronnie Kasrils, comunista branco, tal como Slovo era, e o grosso dos oficiais querem no-

vos sistemas de armas, corvetas de 25 mil toneladas, canhões G-6, helicópteros de ataque Rooivalk e outro material assim. Parecem não se importar muito que o dinheiro seja essencialmente necessário para criar novos postos de trabalho, mais casas, mais água canalizada, melhores transportes e um melhor sistema de saúde.

Fúria de viver

Na véspera do desfile militar, à noite, reuniram-se num anfiteatro ao ar livre, junto às longas praias de Durban (o antigo Porto Natal escalado por Vasco da Gama em 25 de Dezembro de 1497), dezenas de jovens, sem qualquer distinção de cor, a dançar exuberantemente os ritmos tradicionais da África. A cena em si nada teria de especial, se não fosse que, há uma dúzia de anos, não era nada provável ver-se rapazes e raparigas brancos, negros, indianos e mestiços a divertir-se assim em conjunto. Esta cidade mostra hoje que é um autêntico entroncamento de culturas: os zulus, que se radicaram na região no início do século passado, escurraçando outras etnias negras; os brancos, que começaram a fixar-se em 1824; e os indianos, que apareceram a partir de 1860, para trabalhar nas plantações da cana de açúcar.

A multiracialidade de Durban, construída em menos de século e meio, e a fúria de viver das suas camadas mais jovens são um sinal de esperança para o futuro de todo o Kwazulu-Natal. É que, à medida que a província se for urbanizando, também se "civilizará" mais e isso deverá ajudar a pôr fim às grandes tensões que se têm vivido nas suas zonas rurais.

O legado sangrento do rei Shaka, que formou, a partir de 1818, um exército de 40 mil homens, continua a pairar sobre a África do Sul. Numa só década, esse novo Ivan impôs-se pelo terror e reivindicou para os zulus o direito a terem sempre uma palavra a dizer sobre o destino dos demais povos da região. E chegaram inclusive a empurrar para norte os shanganas, que se instalaram na região de Gaza, onde nasceram Gungunhana, Mondlane, Machel e Chissano.

Há, apesar das dificuldades, muitas esperanças de que os factores positivos venham dentro de algum tempo a triunfar sobre os negativos, nesta gigantesca mancha de retalhos que é a sociedade sul-africana ao encaminhar-se para o ano 2000. E, daqui a 20 anos, Amandela de Klerk, a criança loira de hoje, talvez viva numa sociedade em que seja normal casar-se com um indiano, um xhosa ou um zulu. ■

Cimeira angolana no dia 5

PÚBLICO, 1.5.95

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, confirmou ontem em Yamussukro, 220 quilómetros a norte de Abidjan, que se encontrará no dia 5 de Maio em Luanda com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos. "Dentro de cinco dias vamos encontrar-nos com José Eduardo dos Santos em Luanda", disse o líder da oposição armada angolana aos jornalistas no fim de uma vi-

sita de 24 horas a Costa do Marfim. O Governo angolano e a UNITA assinaram em 20 de Novembro do ano passado, em Lusaca, um acordo de paz. O encontro entre os dois líderes, cuja data vinha sendo nos últimos dias alvo de especulações, tendo alguns observadores admitido que poderia realizar-se até ao fim de Abril, é visto como a selagem final do processo de paz em Angola, em guerra desde há 20 anos. A última vez que Santos e Savimbi se encontraram foi no dia 26 de Setembro de 1992, em Luanda, três dias antes das eleições gerais cujos resultados a UNITA contestou. ■

Ainda a carga policial sobre os bolseiros angolanos

A versão da embaixada

PÚBLICO, 1.5.95

DEPOIS das manifestações dos bolseiros angolanos frente à Embaixada de Angola em Lisboa, realizadas entre o dia 13 e o dia 25 de Março passado, os serviços diplomáticos angolanos enviaram recentemente às autoridades portuguesas e aos meios de comunicação um memorando onde contam a sua versão pormenorizada dos acontecimentos.

Na manhã de 13 de Março, a embaixada pediu que um contingente da PSP se deslocasse para a frente da embaixada uma vez que "os órgãos de comunicação social portugueses divulgavam notícias referindo que se iria realizar uma manifestação de estudantes bolseiros angolanos em Portugal, de que não havia conhecimento oficial por parte da embaixada".

Com a polícia já no local, por volta das 11h30, chegou o primeiro grupo de manifestantes, cerca de 40, "aparentemente pacíficos". No entanto, "a situação alterou-se" por volta das 14h, com a chegada de um segundo grupo de manifestantes, cerca de 50, "vindos de Braga e de Coimbra" em autocarros alugados.

Com esta "nova frente", lê-se no memorando, a polícia ficou "desorientada". "A situação culminou com a ruptura do cordão policial pelo primeiro grupo e deslocação deste para



Rui Mingas

as portas da embaixada, onde passou a concentrar-se toda a multidão e acção".

Segundo o Comissário da Polícia que comandou a brigada presente no local, o "segundo grupo de manifestantes trazia consigo correntes e cadeados para bloquear os três acessos à embaixada", bem como "saca-válvulas com que esvaziaram os pneus e riscaram as viaturas" dos diplomatas. Sabe a embaixada que entre os manifestantes se encontrava "muita gente que nem sequer estuda, alguns vindos de vários pontos de Portugal".

Apontando o dedo à Comunicação Social portuguesa, o embaixador Rui Mingas afir-

ma que esta ajudou os manifestantes "a tentarem condicionar o representante do Estado angolano a uma pressão que incluía ofensas à sua pessoa". Aliás foi através dos "media" que "foram dirigidas, por parte dos manifestantes, acusações à embaixada e feitas ameaças e ameaças indirectas na membros da missão, em especial ao embaixador".

Rui Mingas diz que se mostrou disposto a receber "um ou dois representantes dos manifestantes", mas essa sugestão foi por estes "rejeitada": queriam que fosse recebido "um grupo indeterminado de representantes".

A medida que o tempo ia passando era cada vez mais "evidente que se estava diante de uma qualquer operação de aproveitamento político, não se sabendo até onde poderiam ir os actos desordeiros e de violência dos manifestantes".

O embaixador decide então contactar o ministro da Administração Interna português, dirigindo-lhe uma carta onde, depois de explicar as circunstâncias, afirma que "a integridade física da embaixada e dos funcionários se encontra seriamente ameaçada", e pedindo que fossem "tomadas todas as providências no sentido de ser levantado o cerco a esta Missão Diplomática pelo grupo de ma-

nifestantes" mas não "pediu (e muito menos "pagou", como chegou a ser dito) à polícia que reprimisse os estudantes".

Pouco depois das 20h, a polícia tentou, mais uma vez, "pedir" aos manifestantes que se afastassem para os "acessos fossem abertos". Os estudantes "desobedeceram a tal ordem" e, só "depois de os manifestantes lançarem pedras" sobre a polícia é que esta "se vê obrigada a dispersar a manifestação recorrendo à carga".

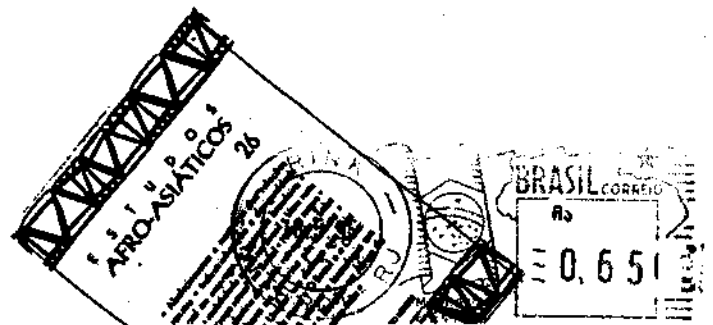
A ideia de que esta manifestação teve um aproveitamento político por parte de "sectores antigovernamentais" angolanos ganha consistência, no entender de Rui Mingas, já que na vigília que se seguiu à carga policial, durante vários dias, do outro lado da Av. da República, "passaram a participar alguns membros conhecidos da UNITA".

Em relação às bolsas de estudo em atraso, o embaixador angolano diz que "quatro dias antes da manifestação, pôs-se a pagamento um quantitativo de bolsa de estudo de valor equivalente a aproximadamente 90 mil escudos". E se é verdade que "havia um acumulado de 15 meses de bolsa em atraso", a verdade é, diz o embaixador, que "os bolseiros não estavam à 15 meses sem receber algum dinheiro".

Rui Mingas termina afirmando ser "inadmissível que se omitam estes dados com o fim declarado de ofender, denegrir e agredir funcionários e diplomatas honestos da embaixada e as autoridades de Angola". ■

Joana Amado

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O